

Pela presente, publico a lista dos Promotores de Justiça de 3ª Entrância Habilitados para eventual exercício de Cargo de Procurador de Justiça em Matéria Criminal, aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público na 04ª Sessão Ordinária realizada em 27/01/2016.

Nº	EDITAL	CRITÉRIO	CARGO	CANDIDATO	Tempo Entrância (dias)	Tempo MPPE (dias)	Estadual	Federal	Municipal	DATA NASCIMENTO	SITUAÇÃO
1	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	MARIA DA GLORIA GONCALVES SANTOS	6851	7533	2989	0	0	21/09/1955	Habilitado (a)
2	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	CARLOS ALBERTO PEREIRA VITORIO	6059	9248	1937	497	0	28/12/1955	Habilitado (a)
3	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA	4997	7533	0	0	0	20/05/1969	Habilitado (a)
4	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	DELANE BARROS MENDONÇA CARNEIRO	4997	6237	238	0	0	03/07/1973	Habilitado (a)
5	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	DALVA CABRAL DE OLIVEIRA NETA	2372	5947	0	0	0	17/05/1972	Habilitado (a)
6	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	ALEN DE SOUZA PESSOA	797	5947	2318	0	0	09/03/1973	Habilitado (a)
7	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	GEOVANA ANDREA CAJUEIRO BELFORT	797	5842	1766	0	0	05/04/1974	Habilitado (a)
8	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO	300	5947	1667	0	611	10/03/1968	Habilitado (a)
9	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	LUIS SAVIO LOUREIRO DA SILVEIRA	300	5947	1236	0	0	24/08/1972	Habilitado (a)
10	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACEDO FILHO	300	5842	3070	0	0	29/09/1970	Habilitado (a)
11	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	ALFREDO PINHEIRO MARTINS NETO	300	5842	0	0	0	04/12/1972	Habilitado (a)
12	2	Convocação	Procurador Matéria Criminal	ELIANE GAIA ALENCAR DANTAS	216	5842	1429	0	0	03/02/1984	Habilitado (a)

RENATO DA SILVA FILHO  
Corregedor-Geral do MPPE  
Presidente do Conselho Superior do MPPE em exercício

**RESOLUÇÃO RES-CPJ Nº 002/2016**

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições contidas no art. 12, inciso II, c/c o disposto no art. 21, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual nº. 21, de 28 de dezembro de 1998;

**CONSIDERANDO** que há, apenas, uma Promotoria (1ª) de Justiça de Defesa da Cidadania em Olinda com atuação nas áreas judicial e extrajudicial na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

**CONSIDERANDO** a necessidade de transformação do cargo de 6º Promotor de Justiça Cível de Olinda em 6º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda, para atuação na área judicial junto à Vara da Infância e Juventude de Olinda, possibilitando, assim, uma atuação ministerial mais eficiente;

**CONSIDERANDO**, ainda, a reduzida movimentação na 6ª Promotoria de Justiça Cível de Olinda, que atua junto à Vara de Sucessões e Registros Públicos de Olinda;

**CONSIDERANDO** que a titular do cargo de 3º Promotor de Justiça Cível de Olinda anuiu em acrescentar a atribuição da 6ª Promotoria de Justiça Cível de Olinda;

**CONSIDERANDO**, também, que em decorrência de tais alterações, as denominações das 7ª e 8ª Promotorias de Justiça Cíveis de Olinda, passariam a ser, respectivamente, 6ª e 7ª Promotorias de Justiça Cíveis de Olinda;

**CONSIDERANDO** que a proposta de sugestão de extinção da 6ª Promotoria de Justiça Cível de Olinda, acrescida da efetuada na 8ª Sessão Extraordinária deste Colegiado, realizada no dia 24 de novembro de 2015, foi aprovada, após discussão e deliberação, por unanimidade de votos;

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade e a conveniência do serviço público.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. MODIFICAR** as atribuições dos cargos de 1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda, e 3º e 6º Promotores de Justiça Cíveis de Olinda, que passam a ser as seguintes (Anexo I desta Resolução):

I - o cargo de 1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda passa a ter atribuição, apenas, na área extrajudicial na defesa e promoção dos direitos da infância e juventude;

II - o cargo de 6º Promotor de Justiça Cível de Olinda passa a ter atribuição judicial perante a Vara da Infância e da Juventude de Olinda, deixando de atuar junto à Vara de Sucessões e de Registros Públicos de Olinda; e

III – o cargo de 3º Promotor de Justiça Cível de Olinda passa a ter atuação na Vara de Sucessões e de Registros Públicos de Olinda, mantendo-se as atuais atuações junto às 3ª e 4ª varas Cíveis de Olinda.

**Art. 2º. ALTERAR** as nomenclaturas das seguintes Promotorias de Justiça:

I – o cargo de 6º Promotor de Justiça Cível de Olinda, passará a se denominar 6º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda; e

II - o cargo de 7º Promotor de Justiça Cível de Olinda, passará a se denominar 6º Promotor de Justiça Cível de Olinda, mantendo-se as suas atuais atribuições; e

III - o cargo de 8º Promotor de Justiça Cível de Olinda, passará a se denominar 7º Promotor de Justiça Cível de Olinda, mantendo-se as suas atuais atribuições;

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, 26 de janeiro de 2016.

**CARLOS AUGUSTO GERRA DE HOLANDA**  
PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA  
(Repblicado)

**ANEXO I DA RESOLUÇÃO RES-CPJ Nº 002 /2016**

**MODIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E/OU DENOMINAÇÕES DE CARGOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA DE OLINDA**

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	DENOMINAÇÕES MODIFICADAS	ATUAÇÕES VIGENTES	ATUAÇÕES MODIFICADAS
3ª CÍVEL DE OLINDA	-	3ª E 4ª VARAS CÍVEIS	<b>VARAS DE SUCESSÕES E DE REGISTROS PÚBLICOS, E DE 3ª E 4ª VARAS CÍVEIS DE OLINDA</b>
6ª CÍVEL DE OLINDA	6ª DE CIDADANIA DE OLINDA	VARA DE SUCESSÕES E DE REGISTROS PÚBLICOS DE OLINDA	<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE (JUDICIAL)</b>
7ª CÍVEL DE OLINDA	6ª CÍVEL DE OLINDA	1ª VARA DE FAMÍLIA E DE REGISTRO CIVIL DE OLINDA	-
8ª CÍVEL DE OLINDA	7ª CÍVEL DE OLINDA	2ª VARA DE FAMÍLIA E DE REGISTRO CIVIL DE OLINDA	-
1ª DE CIDADANIA DE OLINDA	-	INFÂNCIA E JUVENTUDE (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL)	INFÂNCIA E JUVENTUDE (EXTRAJUDICIAL)

**Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça**

**AVISO OECPJ Nº 002/2016**

De ordem do **Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Carlos Augusto Guerra de Holanda, Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça**, comunicamos aos Excelentíssimos Senhores Membros daquele Colegiado a realização da 02ª Sessão Extraordinária nos termos do Artigo 23, alínea "b", do Regimento Interno, **no dia 01 fevereiro de 2016**

**(segunda-feira), as 14:00 hs**, no Salão dos Órgãos Colegiados, localizado à Rua do Imperador D. Pedro II, 473 - térreo - Edifício Sede Roberto Lyra, nesta cidade, tendo a seguinte pauta:

- I. Aprovação da ata da Sessão Anterior;
- II. Comunicações diversas;
- III. Julgamento do Processo OECPJ 014/2012 - PAD;
- IV. Aprovação do Quadro Geral de Membros do Ministério Público de Pernambuco;

**Recife, 27 de janeiro de 2016.**

**JOSÉ BISPO DE MELO**  
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

**Secretaria Geral**

O Exmo. Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Valdir Francisco de Oliveira, exarou os seguintes despachos:

**No dia 27/01/16**

Expediente: OF 49/2015  
Processo nº 000398-2/2016  
Requerente: PJ Pesqueira  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 182/2015  
Processo nº 00048106-1/2015  
Requerente: CMTI  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMTI. Para anexar a Ata de reunião do CETI, em 15/12/2015, enviando à CMAD, após archive-se.

Expediente: CI 48/2016  
Processo nº 002963-2/2016  
Requerente: DEMTR  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMTI. Para pronunciação, após retornar a SGMP.

Expediente: OF 23/2016  
Processo nº 0002901-3/2016  
Requerente: 2ª PJ de Ouricuri  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Ao DEMTR. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 04/2016  
Processo nº 0003222-0/2016  
Requerente: PJ Fernando de Noronha  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAD. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 024/2016  
Processo nº 0003141-0/2016  
Requerente: AMSI  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 271/2015  
Processo nº 0047207-2/2015  
Requerente: DIMSM  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 0121.03/2016  
Processo nº 0002814-6/2016  
Requerente: PJ Caruaru  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CPL-SRP. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 01/2016  
Processo nº 0002284-7/2016  
Requerente: Adm. Ministerial do Prédio Edif. Ipsep  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAD. Considerando as medidas de contingenciamento e as recomendações do CNMP, indefiro o pedido de substituição. Após, archive-se.

Expediente: CI 31/2016  
Processo nº 0003263-5/2016  
Requerente: PJ Petrolina  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMATI. Segue para as providências com agendamento e contato com a PJ de Petrolina.

Expediente: OF 19/2016  
Processo nº 002376-0/2015  
Requerente: PJ Brejo da Madre de Deus  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAD para promover o remanejamento de 01 (uma) vaga de receptionista para BJ de Brejo da Madre de Deus de uma das vagas da Capital, indicada pelo promotor. (ffs.1).

Expediente: OF 43/2016  
Processo nº 0001084-4/2016  
Requerente: SINDEMPPE  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Ao SINDEMPPE. Para conhecimento.

**Secretaria Geral do Ministério Público - Recife, 27 de janeiro de 2016.**

**Valdir Francisco de Oliveira**  
Secretário Geral Adjunto do Ministério Público

**Promotorias de Justiça**

**33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL  
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ref.: INQUÉRITO CIVIL nº 023/2014  
Arquimedes Auto nº 2014/1474688 – Doc. nº 3765057

**RECOMENDAÇÃO Nº 001/2016**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por sua representante infrafirmada, no exercício de suas atribuições junto à 33ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, com fulcro nos Artigos 129, incisos II e III e 227 da Constituição Federal, artigo 201, inciso V e § 5º, alínea "c", da Lei nº 8.069/90, artigo 27, Parágrafo Único, inciso IV da Lei nº 8.625/93, artigo 5º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 121/1994, atualizada pela Lei Complementar nº 21/1998, e 43 da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, de 13.06.2012, publicada no DOE de 15.06.2012, e

**CONSIDERANDO** que, segundo os dispositivos constitucionais e legais acima mencionados, pode o representante do Ministério Público efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente (Arts. 25, VI e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 5º, Parágrafo único inc. IV da Lei Complementar Estadual nº 12/94, atualizada pela Lei Complementar nº 21/98 e art. 201, § 5º, "c", da Lei nº 8.069/90);

**CONSIDERANDO** os elementos contidos nos autos do Inquérito Civil nº 023/2014, em curso nesta Promotoria de Justiça, com a finalidade de investigar a notícia de fato formulada por conselheiro tutelar da RPA-05, no sentido da existência de irregularidades nas instalações físicas e nos procedimentos higiênicos-sanitários da CASA DA ACOLHIDA DO CORDEIRO, localizada neste município;

**CONSIDERANDO** que já houve uma recomendação expedida sob o nº 001/2014, a qual foi em parte atendida, observando que o relatório da analista ministerial que realizara visita em julho de 2015, constata ter havido melhoria na questão da qualidade e qualificação da equipe, porém, no aspecto da estrutura física, apesar de alguns reparos realizados pelo IASC, ainda apresenta irregularidades significativas como aponta o Relatório de Inspeção feito pela Vigilância Sanitária Municipal e seu Termo de Notificação nº 69751;

**RESOLVE RECOMENDAR À PRESIDENTE DO IASC – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE RECIFE/PE E À EXCELENTÍSSIMA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, QUE:**

1 – adotem todas as medidas necessárias, no âmbito da esfera de responsabilidade de cada órgão, para adequação da referida unidade às exigências descritas no anexo ao Termo de Notificação Nº 69751, datado de 26/01/2016.

2 - que informe o acatamento ou não da presente Recomendação e encaminhe a estas Promotorias de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento, relatório de todas as medidas adotadas bem como cronograma de obras e ações, visando o seu efetivo cumprimento.